

Jméno a příjmení: Tereza Marková

Datum a místo narození: Valašské Meziříčí

Aktuální ročník studia: 3. ročník Magisterského studia

Adresa bydliště: Barvířka 301, Krhová, 756 63, Česká republika

E-mailová adresa: markova.tere@gmail.com

Telefon: + 420 728 497 308

Název akademického pracoviště: Univerzita Palackého v Olomouci, Filozofická fakulta,
Katedra Romanistiky, Olomouc, Česká republika

Odborný konzultant: Mgr. Kateřina Ritterová, Ph.D.

CENSURA LITERÁRIA: *NOVAS CARTAS PORTUGUESAS* DE MARIA ISABEL

BARRENO, MARIA TERESA HORTA E MARIA VELHO DA COSTA

ANOTACE:

O presente artigo procura analisar a questão da censura literária da obra *Novas Cartas portuguesas* de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, escritoras portuguesas notáveis do século XX. Analisando as páginas indicadas no relatório dos censores N° 9462, de 26 de Maio de 1972 relativo a *Novas Cartas Portuguesas*, pelo fato que o seu conteúdo foi considerado como imoral “*constituindo uma ofensa aos costumes e amoral vigente no País*”, o trabalho concentra-se principalmente em destacar a importância dessa obra, que nos lembra a importância da liberdade de expressão e que traz o benefício nas questões de género, de liberdade de sexualidade feminina, não só na sociedade portuguesa, mas também nas outras sociedades do mundo.

**CENSURA LITERÁRIA: *NOVAS CARTAS PORTUGUESAS*
DE MARIA ISABEL BARRENO, MARIA TERESA HORTA
E MARIA VELHO DA COSTA**

Toda censura existe para impedir que se questionem os conceitos e as instituições do momento.

(Bernard Shaw)

Analisando as páginas censuradas indicadas no relatório dos censores Nº 9462, de 26 de Maio de 1972 relativo a *Novas Cartas Portuguesas*, pelo fato que o seu conteúdo foi considerado como imoral “*constituindo uma ofensa aos costumes e amoral vigente no País*”, será investigada neste trabalho a censura literária do livro *Novas Cartas Portuguesas* das “Três Marias”, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa.

A parte da apresentação breve das vidas das autoras e da sua obra própria, será esboçada no nosso trabalho a história da censura literária em Portugal, principalmente na época do Estado Novo (1933-1974) em Portugal, o que nos ajudará compreender melhor, por qual razão o livro foi censurado. A maioria do tempo do Estado Novo governava em Portugal António Oliveira de Salazar que além de ser Chefe do Governo, foi também o Ministro das Finanças e principalmente foi o iniciador das ações, que levaram ao estabelecimento deste regime político, autoritário, conservador e nacionalista. Salazar foi substituído no seu lugar em 1968 por Marcelo Caetano que continuou com a sua política e durante cujo governo o livro *Novas Cartas Portuguesas* foi censurado, quase imediatamente depois da sua publicação, em 1972.

Muito já foi escrito sobre essa obra das “Três Marias” que faz parte importante da literatura portuguesa feminina. As autoras utilizando como a fonte de inspiração o livro do

século XVII, *Cartas Portuguesas* de Mariana Alcoforado¹, abordam nessa obra os temas importantes como por exemplo a liberdade das mulheres, a desigualdade de género e social, a luta feminina/feminista, a violência, a guerra colonial ou a crítica política. Um motivo frequente nessa obra é o erotismo que foi pelos censores avaliado como a pornografia. O motivo pornográfico usava-se na Europa desde o século XVI e entre 1500 e 1800 foi “*um veículo que usava o sexo para chocar e criticar as autoridades políticas e religiosas.*” (Dias Martins 2004:6) Da mesma forma podemos ver a presença do erotismo e da pornografia nas *Novas Cartas Portuguesas*. As autoras com o erotismo querem apontar para a necessidade da liberdade da mulher, da sua sexualidade e do seu corpo.

O nosso propósito é analisar as páginas escolhidas deste livro utilizando a leitura aprofundada e tendo em conta o contexto histórico, cultural e político do livro para chegar a um entendimento mais completo sobre a censura literária e para destacar a importância da liberdade de expressão, que nunca deve ser tomada como garantida.

Como o pesquisador Graça Almeida Rodrigues indica em *Breve História da Censura Literária em Portugal*, a censura literária foi presente em Portugal “*cerca de quatro dos seus cinco séculos de imprensa*”. (Almeida Rodrigues 1980: 11) A restrição da liberdade de expressão em Portugal começou com a Censura Inquisitorial, no século XVI, que foi a prática tradicional da Igreja. Desde o século XVI durou até a metade do século XVIII. A Censura Inquisitorial foi substituída em 1768, na época de Marquês de Pombal, pelo Real Mesa Censória. Esses dois tipos de censura, cujos objetivos foram “*combater a heresia*”, estabeleceram para Portugal as regras do funcionamento da censura futura, que é nos séculos seguintes ideologicamente usada pelos regimes políticos. “*A liberdade de expressão foi pela primeira vez constitucionalmente reconhecida em Portugal em 1822*” (*idem*: 56) mas infelizmente não

¹ Durante os séculos a autoria das *Cartas Portuguesas* foi questionada e hoje, os especialistas consideram como o autor verdadeiro deste livro Gabriel de Guilleragues.

durou muito tempo. A censura volta-se durante os anos quarenta do século XIX, durante o governo Cabralista, quando é em 1850 publicado chamado “Lei das Rolhas” que causa as grandes agitações na sociedade intelectual portuguesa. No protesto contra essa lei restritiva de liberdade de expressão participam os homens de letra do Porto, os estudantes e professores de Coimbra ou os grandes autores da época como por exemplo Alexandro Herculano ou Almeida Garrett.

Outro marco importante na história da censura que queríamos mencionar é do tempo da Primeira República de Portugal. “*Em 1916, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal, é instituída a censura prévia para os assuntos de guerra.*” (apud Almeida Rodrigues 1980: 68) Essa censura prévia é mais tarde abolida no fim da Primeira Guerra Mundial. Seguidamente, são, durante o Estado Novo, estabelecidos os Serviços de Censura, que com o Secretariado Nacional de Informação, têm o poder de controlar a imprensa. Durante essa época, concretamente nos anos quarenta do século XX, alguns autores começam a utilizar algumas palavras específicas, para que os leitores pudessem entender nas entrelinhas. Graça Rodrigues no seu livro *Breve História da Censura Literária em Portugal*, já mencionado em cima no nosso trabalho, indica as palavras do escritor José Cardoso Pires: “*palavras como aurora ou amanhecer passaram a significar socialismo, ‘primavera’ revolução, ‘camarada’ prisioneiro, ‘vampiro’ polícia, ‘papoila’ vitória popular*”. (idem 1980: 80)

Acima mencionamos que o objetivo principal da censura era "combater a heresia", mais tarde, António de Oliveira Salazar, que implantou a censura no regime de Estado Novo, considerado e Ditadura Militar, diz: “O Comunismo é a grande heresia da nossa idade.” (idem 1980: 80) Foi o próprio Salazar quem decidiu que nenhuma literatura que podia questionar a política ou a ideologia do seu regime chegasse ao público. Durante o seu governo foram criadas as instituições como por exemplo a Direção-Geral de Censura à Imprensa (DGCI) ou a

Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que controlavam não só as publicações periódicas, mas também os autores e os editores dos livros, as tipografias, tabacaria e todos os lugares onde se podem vender os livros. Durante o governo de Marcelo Caetano a PIDE foi substituída pela Direção-Geral de Segurança (DGS).

O que é fundamental para o nosso trabalho, são os critérios estabelecidos pelo governo que julgam se o livro é apropriado para o público. Esses critérios foram estabelecidos pelo DGCI ao pedido do próprio Salazar. Cândido de Azevedo indica na sua obra *Mutiladas e Proibidas* que segundo estes critérios deviam ser retiradas da venda

“«Todas as publicações nacionais ou estrangeiras de propaganda perniciosa contra a segurança e a boa administração do Estado feita por meio de doutrinas internacionalistas de carácter político e social que um equilibrado espírito nacionalista repudia e combate», assim como «todas as publicações nacionais ou estrangeiras que versem assuntos pornográficos» e ainda as que por qualquer forma por que se apresentem, visem à perversão dos costumes pela propagação de doutrinas não integradas nos princípios de uma moral sã ou propagação de ideias de carácter sexual, pseudo-científicas ou não, contra a honra e o pudor da sexual, pseudo-científicas ou não, contra a honra e o pudor da subversão da sociedade portuguesa.»” (apud Azevedo 1997: 55)

Depois de substituição do cargo de Salazar pelo Marcelo Caetano, expectavam se as grandes mudanças dos critérios da opressão da liberdade de expressão, e também a sociedade esperava por liberalização do regime. Entretanto, exceto da substituição de Presidente do Conselho, que foi durante Salazar responsável por controle das instituições de censura, e cujo poder durante Caetano diminuiu, nada mudou. Marcelo Caetano apesar das expectativas da sociedade continuava com as práticas de Salazar. Só se mudam os nomes das instituições. A Direção-Geral de Censura à Imprensa (DGCI) tornou-se a Direção-Geral de Informação

(DGI) e não se usa mais a denominação “censura”, mas durante o marcelismo usa-se fala-se sobre “exame prévio” e como já mencionamos, a PIDE é substituída pela Direção-Geral de Segurança (DGS). O nosso livro analisado para esse trabalho, *Novas Cartas Portuguesas*, é publicado mesmo nesta época.

As autoras da obra escolhida para esse trabalho, das *Novas Cartas Portuguesas*, nascidas em Lisboa no fim dos anos quarenta, na época, quando Salazar estava no poder. A mais velha das autoras, Maria Teresa Horta que nasceu em 1937, vem da família de origens aristocráticas. Entre os seus antepassados pertence por exemplo a Marquesa de Alorna, poeta portuguesa notável, que foi o sujeito do livro de Horta que se chama *As Luzes de Leonor*. Horta licenciou-se no jornalismo na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e é uma de escritores que fundam a revista literária *Poesia 61*. Esse movimento dos jovens escritores interessa-se, nos anos sessenta, na procura dos novos caminhos poéticos. Entre os caminhos poéticos que resultam dessa revista podemos indicar por exemplo poesia de experiência, experimentação lírica, e não podemos omitir o erotismo, que é típico para a poesia de Horta. Através da sua escrita, Maria Teresa Horta lutou pela liberdade das mulheres na sociedade portuguesa e pela liberdade de expressão delas. A segunda autora das NCP, Maria Velho da Costa que nasceu em 1938, estudou durante da sua infância no colégio de freiras e esse ambiente do convento influenciou também a sua escrita. Formou-se na Filologia Germânica na mesma faculdade como Maria Teresa Horta e também se interessou pela neurologia e psiquiatria. A última Maria das “Três Marias”, Maria Isabel Barreno, que nasceu em 1939, licenciou-se na mesma faculdade como as outras duas, mas nos estudos de Ciências Histórico-Filosóficas. Bem como Horta e Velho da Costa, também Barreno se interessou pelo percurso da mulher na sociedade portuguesa na época salazarista. As autoras se conhecem graças à sua participação e interesse nos movimentos feministas que combateram contra as instituições do Estado Novo que reprimiram o papel da mulher na sociedade portuguesa, no

tempo de Salazar/Caetano. Antes da publicação do livro *Novas Cartas Portuguesas*, todas as três autoras, já tiveram a experiência com a censura. Entre as obras censuradas das autoras pertence *Minha Senhora de Mim* de Maria Teresa Horta, o livro *Maina Mendes* de Maria Velho da Costa, no qual indiretamente referem também NCP e *Os Outros Legítimos de Superiores* de Maria Isabel Barreno. Todos os estes livros se ocupam com a temática do papel de mulher na sociedade portuguesa e da liberdade da sexualidade e do corpo das mulheres.

O livro coletivo das autoras (NCP) que é o objetivo do nosso trabalho, foi publicado pela escritora Natália Correia, concretamente pela sua editora “Estúdios Cor”. A própria Natália Correia teve os problemas com censura. Em 1959, o seu livro *Comunicação* foi proibido pela censura, por ser considerado imoral e mais tarde, em 1966, foi proibido também o seu livro *O Vinho e Lira*, por razão que, na opinião dos censores, essa obra continha expressões eróticas imorais. Apesar desses problemas de censura, Correia decidiu assumir o risco e em 1972 publicou na sua editora o livro das “Três Marias”, cuja publicação foi antes disto mais de uma vez recusada. O livro foi proibido em 26 de Maio de 1972, logo depois da sua publicação. A formulação exata do motivo por causa de qual a obra foi proibida foi segue: “*Algumas das passagens são francamente chocantes por imorais (v. g. pp. 48, 88, 98, 102, 122, 140, 164, 188, 214, 216, 246, 284, 316 e 318), constituindo uma ofensa aos costumes e à moral vigente no País.*” (Azevedo 1997: 121) São estas páginas deste extenso trabalho que iremos focar no nosso trabalho. Ao fim do documento, o censor completa: “*Concluindo: Sou do parecer que se proíba a circulação no País do livro em referência, enviando-se o mesmo à Polícia Judiciária para efeitos de instrução do processo crime.*” (Azevedo 1997: 121)

Já na primeira página que é indicada no relatório dos censores N° 9462, de 26 de Maio de 1972 relativo a *Novas Cartas Portuguesas*, podemos encontrar a preocupação com o corpo feminino utilizando o erotismo. Trata se da carta intitulada *A Paz* que começa com as palavras: “*Compraz- se Mariana com seu corpo. O hábito despido, na cadeira, resvala para o chão*

onde as meias à pressa tiradas, parecem mais grossas e mais brancas.”
(BARRENO/HORTA/COSTA,1972: 48) Na outra parte dessa carta encontramos a evocação ou também podemos dizer a descrição poética da masturbação feminina depois da qual se repete a primeira frase da carta, citada em cima, que é quase como um refrão imaginário dessa página. *“Recurva, tenso, o ventre: a língua entumescida. Dele a língua quente, áspera de saliva e o demorado sugar, rente, ritmado, a esvaziá-la devagar da vida.”* (*ibidem*) Nessa carta encontra-se também a palavra “macho” que nos evoca a sociedade patriarcal portuguesa na qual a mulher, como a Mariana Alcoforado e todas as Marias (mulheres) vivem sob dominação dos homens. Se podemos considerar a imagem da sexualidade na primeira página dessa carta como não manifestada para os censores, na segunda página, não pode ser omitida. *“Dádiva em toda aquela obcecante conquista da dureza violenta do pénis: os dedos bem fundo perdidos na humidade viscosa da vagina, os ombros erguidos, a cabeça apoiada no travesseiro, os braços tensos como que para lhe reter os quadris estreitos que se movem na consentida busca da voragem do útero.”* (*idem*: 10) Mesmo que a sexualidade seja coisa natural da vida, na época do salazarismo e do marcelismo a expressão sobre o corpo e sobre o sexo foi reprimida. Nas instruções da DGS (ex-PIDE), concretamente no despacho de 3 de Novembro de 1972 é indicado que a DGS deve

“1. Relacionar as tipografias que se dedicam à impressão de livros suspeitos

– pornográficos ou subversivos;

2. Organizar um plano de visitas regulares a essas tipografias para impedir, efectivamente, a impressão de textos susceptíveis de proibição

[...]

4. Organizar o serviço de vigilância da entrada no País de publicações pornográficas e suspeitas, com carácter efectivo e permanente;

5. *Organizar a visita regular às livrarias de todo o País para sequestro de livros, revistas e cartazes suspeitos e para sequestro de livros, revistas e cartazes suspeitos e dos Serviços de Censura;*” (apud Azevedo 1999: 504)

Como podemos ver, nem mínima indicação da pornografia foi aceita e não importava o significado que tinha no texto. Falando sobre a pornografia, qualquer tipo do erotismo na literatura, foi para os censores inaceitável. Consideramos como importante dizer, que a defesa do respeito pelos valores morais do Estado Novo foi muito específica e que os julgamentos dos censores sobre os livros, apesar de todas as instruções, eram muitas vezes muito subjetivos.

Como inaceitável foi avaliada também uma parte de *Segunda Carta IV* do livro no qual podemos encontrar as frases como:

“Viro-me e entorpecida deixo que a nudez, me atinja com a sua suavidade adolescente se seios pequenos, firmes e ancas macias por onde os dedos descem, se perdem, se reencontram ainda, na pele esticada, plana da barriga, a fim de logo se abrandarem na vertigem do púbis. E apenas as pernas, longas, lisas, aguentam o peso do que vejo: apenas os pulsos, tensos, dirigem o que tenho e te conduzo o pénis na lenta introdução em mim: minha lonjura e morte consentida, minha total reconstrução de vida.”
(BARRENO/HORTA/COSTA, 1972: 89)

O papel da mulher na sociedade portuguesa do Estado Novo foi muito importante, mas na maioria dos casos foi associado com o papel doméstico no qual a mulher é principalmente mãe que se toma das crianças, esposa que cuida de casa que segue as regras estabelecidas pelo regime católico e tradicional. E foi inaceitável ver a mulher como um ser humano que quer expressar livremente a sua sexualidade.

Entre as cartas de NCP com o conteúdo que lidou à censura do livro pertence também

Primeira Carta V que fala sobre a posição da mulher na sociedade patriarcal, onde a mulher é vista como um objeto, como a propriedade do homem. “*Mulher: abastança de homem, sua semelhança, sua terra, seu latifúndio herdado.*” (*idem*: 97) As escritoras nessa carta apontam para o fato, que a mulher que é diferente, mais dura, mais rigorosa ou mais cruel, é automaticamente chamada “lésbica”. No texto são presentes as palavras como “luta”, “guerra” e “crueldade” que na combinação com a menção dos marinheiros e de história das navegações e das descobertas podem evocar a guerra colonial que ocorria durante o Salazarismo em Angola. Isso também podia ser problemático para os censores, porque o despacho de 14 de Outubro de 1968, sobre cujo ponto de número 4., diz que devem ser proibidos todos os textos “*que visem diretamente, de modo isolado ou em campanhas, a alteração da política adoptada quanto ao Ultramar Português*” (Azevedo 1997: 59), pois a qualquer menção da Guerra Colonial é inaceitável.

Na *Terceira Carta IV*, as autoras já falam abertamente sobre a sua intenção de não falar no seu livro só sobre o amor, mas também sobre a história e sobre a política. E as questões políticas e mesmo sociais, eram na literatura as mais controladas, portanto, não é surpreendente que essa página foi indicada no relatório dos censores como uma das inaceitáveis pelo regime.

Outra página indicada no relatório dos censores é página do texto *Intimidade* que contém as partes eróticas como:

“...medida ao 'longo da nudez do corpo sobre o qual ele desliza quando te monta, te habita, a morder-te ao de leve os mamilos brandos, às vezes nacarados ou quase tão castanhos como o louro roubado dos teus cabelos lisos ou encrespado púbis tão alheio. Bem pode ele morder-to como a boca, os seios; a língua leve a infiltrar-se já na fenda entreaberta que os dedos alargam e por inteiro mesmo enfebrecido, em suco, em cheiro, em útero tao aceso.”
(BARRENO/HORTA/COSTA, 1972: 140)

E nesse texto, não são só algumas linhas, onde podemos encontrar a temática sexual, mas todo o texto é escrito numa linguagem muito erótica, mas também poética. Entre as partes eróticas, mencionadas no relatório N° 9462, de 26 de Maio de 1972, podemos incluir o texto *O Pai* que se diferencia dos outros textos eróticos do livro pela violência. O critério utilizado nesse caso de censura devia ser o critério da parte I, número 3) do despacho de 14 de Outubro de 1968 que diz, que não pode ser permitida a divulgação de quaisquer textos “*que ofendam a moral cristã tradicional do país*” (apud Azevedo 1997: 59). Esse texto é uma alusão ao incesto que é um dos temas tabus, sobretudo na sociedade tão tradicional e católica como a do Portugal salazarista/marcelista.

Na página 188 da primeira edição do livro *Novas Cartas Portuguesas*, do ano 1972, encontramos *Relatório Médico-Psiquiátrico sobre o estado mental de Mariana A.*, no qual é mencionado o marido António dessa doente Mariana A.. A menção sobre ele é muito curta, mas cria uma associação da guerra colonial que, como já mencionamos, foi inaceitável para o regime. Mesmo que seja no texto só indicado “... *data do seu casamento com António C., hoje em serviço de soberania no Ultramar...*”. (idem: 188)

Entre as partes do livro inaceitáveis pela censura pertence também o texto *De como pode a morte ser mais fácil do que o amor. Ou lamento de Mónica e Maria* cujo sujeito é o “aprisionamento” das mulheres na sociedade e na família. As mulheres desejam a liberdade, a emancipação e não querem essa “escravatura” criada pelos homens. Como a resolução possível desses problemas é oferto matar o marido/homem/opressor. “*Meu amor: e eis que fujo, me apodero de mim. A arma apontada ao teu peito nem sequer parece ameaçadora, mas apenas fria, indiferente, vigilante. Meu amor: Poder-me-ás algum dia perdoar esta morte?*” (BARRENO/HORTA/COSTA 1972: 216) Este lamento foi provavelmente entendido como uma exortação para cometer um crime, portanto é também mencionado no relatório. O tema da morte se repete também na parte *Texto sobre a solidão*, que além de

partes eróticas, que descrevem o nojo da mulher do ato sexual com o homem, descreve no final a morte do homem que é matado pela Mónica.

Não podemos não mencionar o lema celebre desse livro que acompanha todo o livro. “*Mas o que pode a literatura? Ou antes: que podem as palavras?*” (*idem*: 284) Essa frase é utilizada como o mote principal do livro. A visão da literatura como arma da luta contra injustiça e opressão é muito importante para esse livro. Na *Segunda Carta VIII* é diretamente mencionado o nome do país onde é necessário lutar para a libertação da mulher e esse país é o Portugal do Estado Novo. Com esse discurso concretizado continua também *Texto de honra ou de interrogar, escrito por uma mulher de nome Joana*, que fala sobre as desigualdades entre os homens e as mulheres em Portugal, sobre o papel da mulher nessa sociedade onde a mulher é “escrava do homem” e é vista como o objeto, a propriedade do homem. O texto apela a luta “*Se somos nós a querer, seremos apenas nós a exigir.*” (*idem*: 318) Nesse texto são as mulheres que devem lutar pela sua liberdade e emancipação, mas se consideramos o contexto político, social e cultural de *Novas Cartas Portuguesas*, esses “nós” não são só mulheres, mas todas as pessoas em Portugal salazarista/marcelista que sofrem da opressão, injustiça e da falta da liberdade.

A liberdade de expressão é o direito humano que nunca deveria ser negado, porque as palavras, a comunicação e a discussão entre as pessoas pode ajudar a revelar problemas e encontrar as suas soluções e as “Três Marias”, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno sabiam isso. É interessante que NCP com o seu apelo pela luta contra os opressores e luta pela liberdade antecederem o livro celebre do General Spínola, *Portugal e o Futuro*, que foi uma de inspirações para a Revolução dos Cravos.

O processo-crime instruído contra as autoras provocou na sua época as reações grandes e protestos ao nível nacional, mas nem só. A obra tem tido o grande impacto e no mesmo tempo o grande apoio no estrangeiro, sobretudo pelos movimentos feministas, principalmente

na França, onde foi apreciada pelas grandes escritoras como por exemplo Simone de Beauvoir ou Marguerite Duras. Felizmente Barreno, Velho da Costa e Horta acabaram por serem absolvidas, mas isso aconteceu já depois da revolução em 1974.

No fim do nosso trabalho, gostaríamos de destacar a importância dessa obra de carácter epistolar, filosófica, ficcional e poética. Embora tenha sido escrito nos anos setenta do século passado, contém a grande comunicação também para a sociedade de hoje que se ocupa com várias questões políticas e sociais. A obra pode trazer o benefício nas questões de género e de liberdade de sexualidade feminina não só na sociedade portuguesa mas também nas outras sociedades do mundo. A luta pela restauração das liberdades deveria ser um processo constante na sociedade moderna de hoje e a nossa resposta para a questão de Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Marie Teresa Horta “*Mas o que pode a literatura? Ou antes: que podem as palavras?*” é, como a nossa história ensina, que a literatura e as palavras podem muito, eles podem ajudar no processo na luta pela sociedade sem desigualdades sociais e de género, na luta pela justiça, na luta pela liberdade e nas muitas outras. Literatura sempre terá um papel importante na sociedade.

Bibliografia

- Barreno, Maria Isabel / Horta, Maria Teresa / Velho da Costa, Maria, *Novas Cartas Portuguesas*, Estúdios Cor, Lisboa, 1972.
-
- Azevedo, Cândido de, *Mutiladas e proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Lisboa, 1997.
 - _____, *A censura: de Salazar a Marcelo*, Lisboa, 1999.
 - Rodrigues, Graça Almeida, *Breve história da censura literária em Portugal*, Lisboa, 1980.
 - Dias Martins, Maria Antonia (2004), „A mulher na literatura portuguesa nos últimos anos do Salazarismo“, <https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XI/Maria%20Antonia%20Dias%20Martins.pdf> (último acesso em 30/05/2019).
 - Biblioteca Ephemera, *Censorship Report n° 9462 (May 26, 1972) on “Novas Cartas Portuguesas” of Maria Isabel Barreno / Maria Teresa Horta / Maria Velho da Costa*, <https://ephemerajpp.com/2012/02/04/censurarelatorio-no-9462-26-de-maio-de-1972-relativo-a-novas-cartas-portuguesas-de-maria-isabel-barreno-mariateresa-horta-maria-velho-da-costa/> (último acesso 28/05/2019)